

Gerardo Magela



CPI do Banestado inicia diligências nos estados

Santa Catarina é o primeiro a receber a visita da CPI, presidida por Antero de Barros (foto).

Página 3



CAE examina pedido de empréstimo para SP

Proposta que garante novos recursos para o transporte urbano é relatada por Valadares (foto).

Página 3



Rosanele F. Pinheiro

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.804 - Brasília, terça-feira, 14 de outubro de 2003

Governadores querem mudar texto da reforma tributária



Márcio Kolumbe

Relator anuncia que vai alterar proposta. Repasse de recursos da Cide aos estados deve ser garantido

Durante audiência com governadores, o relator da reforma tributária, Romero Jucá, anunciou as mudanças que pretende fazer na proposta aprovada pela Câmara. Entre elas, está a garantia do repasse aos estados de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Páginas 4 a 8

Márcio Kolumbe



AUDIÊNCIA
Quinze governadores, entre eles Aécio Neves (foto à esquerda), de Minas Gerais, foram ouvidos ontem no Plenário sobre a proposta de reforma em tramitação no Senado

Valmir Amaral saúda os 175 anos do STF

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) homenageou os 175 anos do Supremo Tribunal Federal (STF), traçando um histórico da atuação do tribunal desde a sua criação, ainda no Império.

Valmir Amaral salientou a importância do Supremo como guardião da Constituição federal e destacou o preparo intelectual e a coragem demonstra-

da pelos ministros do tribunal em diversos momentos da história brasileira.

Rogério de Sá



Valmir Amaral: STF é o guardião da Constituição

Pesar pela morte de teatrólogos

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) homenageou o casal mineiro Álvaro Apocalypse e Terezinha Veloso, fundadores do grupo teatral Giramundo, apresentando requerimento de pesar pela morte dos artistas, ocorrida recentemente.

– Foram dois grandes mineiros que, unidos pela vida inteira, legaram à cultura nacional um dos maiores, senão o maior dos acervos do teatro de bonecos, entre outras obras.

Waldemir Rodrigues



Azeredo elogiou os criadores do Teatro Giramundo

ram à cultura nacional um dos maiores, senão o maior dos acervos do teatro de bonecos, entre outras obras.

Agenda

Projeto de socorro ao setor elétrico em discussão hoje

A sessão de hoje, com início previsto para as 14h30, tem como prioridade a votação do último item que obstrui a pauta de votações, o projeto de lei de conversão (PLV nº 24/03) que cria o Programa

Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica. Somente depois o Plenário pode examinar os demais itens da pauta.

Ciro Gomes fala à Subcomissão da Amazônia

A Subcomissão da Amazônia realiza audiência pública hoje, às 10h, com o ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, que fala sobre o Plano Plurianual 2004-2007, o Programa Amazônia Sustentável e outras medidas para o desenvolvimento da região amazônica. O colegiado vota ainda requerimento do senador **Mozarildo Cavalcanti** (PPS-RR) solicitando a convocação do ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) **Eduardo Almeida**, para prestar esclarecimentos sobre irregularidades na instituição.



CAE vota empréstimos para a União e a prefeitura de São Paulo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, às 10h, para votar, entre outros, pedido da prefeitura de São Paulo para contratar empréstimo de R\$ 493,8 milhões junto ao Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A verba é destinada à 2ª etapa do Programa de Implantação do Sistema Integrado de Transporte Urbano de Passageiros. Também está na pauta da

comissão mensagem que permite ao Brasil contrair empréstimo de até US\$ 12,1 milhões do Banco Mundial, a fim de financiar o Projeto de Assistência Técnica ao Setor Elétrico Brasileiro.



CMO recebe avisos de auditorias

Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) faz reunião em que deverá votar projetos, requerimentos dos parlamentares e avisos do Tribunal de Contas da

União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos. A comissão é presidida pelo senador **Gilberto Mestrinho** (PMDB-AM).

Comissão ouve ministro do Esporte

A Comissão de Educação (CE) debate hoje, a partir das 10h, os impactos da reforma tributária nos esportes com o ministro do Esporte, **Agnelo Queiroz**. Essa é a quinta audiência promovida pela comissão, presidida pelo senador **Osmar Dias** (PDT-PR) – foto –, para discutir os impactos da reforma nas diversas áreas de competência da comissão.



Prodasen comemora 31 anos

O Prodasen, Secretaria Especial de Informática do Senado, comemora hoje 31 anos. A data será festejada às 10h, no pátio interno da Secretaria, com a presença dos membros da Mesa Diretora e de vários senadores. Na solenidade, será lançado um livro que conta a história do órgão.

Audiência com prefeitos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) continua hoje, às 17h, a discussão da reforma tributária, ouvindo representantes da Associação dos Prefeitos das Capitais, da Associação de Municípios e da Confederação Nacional de Municípios.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Mozarildo: é preciso oferecer mais moradias

O senador **Mozarildo Cavalcanti** (PPS-RR) defendeu a adoção de uma política de desenvolvimento socioeconômico que resolva a questão do déficit de mais de 6 milhões de moradias no Brasil. Segundo informou, esse número não significa uma falta real de edificações habitacionais e, sim, que muitas delas estão sem uso.

Para **Mozarildo**, os programas de carta de crédito para a classe média, subsídios para habitações de interesse social e arrendamento residencial são propostas que podem ter efeitos positivos, desde que os objetivos sejam cumpridos. Ele mencionou os programas Habitar Brasil, Pró-Moradia e Morar Melhor, que, a seu ver, poderão provocar mudanças significativas.



Mozarildo: déficit habitacional é de 6 milhões

Lúcia Vânia pede recursos para estradas

A senadora **Lúcia Vânia** (PSDB-GO) disse que reivindicar a recuperação da maior parte da malha rodoviária federal que passa por seu estado não é uma atitude isolada da classe política, mas um clamor de toda a sociedade goiana. Ela citou reportagem de **Cecília Aires** no jornal *O Popular*, com o título "Dinheiro curto para Goiás", abordando a situação precária em que se encontram as rodovias federais goianas.

Segundo a reportagem, a cota para investimentos em Goiás no Orçamento da União, em 2004, deverá ser 22,7% menor. **Lúcia Vânia** acrescentou que os recursos federais destinados a estradas de Goiás têm caído ano a ano, sendo que nos últimos três anos a redução foi de 45,3%.



Lúcia Vânia: menos verbas federais em 2004

CPI inicia diligências nos estados

José Cruz



Antero aguarda lista com nomes de envolvidos

Integrantes de subcomissão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado estão realizando, desde ontem, em Santa Catarina investigações sobre a evasão de divisas para o exterior. O estado é

o primeiro a ser visitado pela subcomissão.

A partir da quinta-feira e até sábado, parlamentares da CPI devem realizar, no estado de São Paulo, levantamentos sobre irregularidades financeiras que ali teriam ocorrido. Em seguida, membros da comissão desenvolvem investigações em São José do Rio Preto (SP), de 20 a 22 de outubro; Campinas (SP), de 23 a 25; Rio de Janeiro, de 26 a 28; Curitiba, de 30 de outubro a 1º de novembro; e Belo Horizonte, de 3 a 5 de novembro.

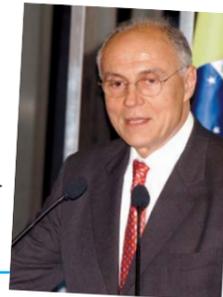
Lista

Além dessas diligências, os membros da CPI esperam para esta semana o envio, pelo perito da Polícia Federal Renato Barbosa, de uma lista que conterá cerca de mil nomes de políticos e servidores envolvidos em esquemas de evasão de recursos para o exterior. A informação sobre a existência da relação foi transmitida pelo procurador da República Luiz Francisco de Souza ao presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Comissão analisa acordo para solução de impasses no Mercosul

Projeto de decreto legislativo que aprova o Protocolo de Olivos, destinado à solução de controvérsias no Mercosul, será votado na quinta-feira, às 10h, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) – foto. Firmado em 2002 na cidade argentina de Olivos, o acordo tem como objetivo resolver impasses a respeito da interpretação, da aplicação e do

cumprimento de tratados que regem o Mercosul. Também constam da pauta as indicações dos diplomatas Sérgio Barcellos Telles, para embaixador na Tunísia, e Carlos Alberto Simas Magalhães, para chefiar a embaixada no Marrocos. A CRE deve votar ainda sugestão do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) para que sejam estudadas medidas legislativas para evitar a biopirataria na Amazônia.



Roosevelt Pinheiro

Senado pode votar hoje a MP que socorre concessionárias de energia

■ Caso seja apreciado o projeto de conversão, Plenário deve votar Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego

Para liberar a pauta da ordem do dia, os senadores precisam votar hoje o projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 127/03, que cria programa emergencial de apoio às distribuidoras de energia elétrica no país. O programa prevê aporte financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da ordem de R\$ 9 bilhões. Na última quinta-feira, depois de votar duas medidas provisórias que também travavam a pauta, o Plenário não chegou a um acordo sobre esse projeto, o que provocou adiamento da sua votação.

Somente depois da votação do projeto de conversão (PLV nº 24/03), os senadores poderão analisar outras matérias, muitas delas tramitando em regime de urgência, como o Projeto de Lei da Câmara nº 58/



Célio Azevedo

OBSTRUÇÃO Plenário precisa decidir sobre a medida provisória para liberar pauta, que inclui projetos de lei em regime de urgência

03, de iniciativa do governo federal, que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens. Se aprovada sem modificações, a proposta será reenviada à sanção presidencial. O parecer da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), elaborado pela senadora Roseana Sarney (PFL-MA), mantém o texto acolhido pelos deputados.

O projeto do governo pretende estimular a geração de em-

pregos para jovens de 16 a 24 anos de idade cujas famílias tenham renda mensal *per capita* inferior a meio salário mínimo, e que estejam frequentando classes do ensino fundamental ou médio. O projeto também prevê a qualificação profissional dos jovens. Em troca, os empregadores, de acordo com seu faturamento, se credenciam a receber incentivos do governo. Pela proposta, os postos de trabalho gerados devem ser man-

tidos por pelo menos um ano.

Fundef

Os senadores também podem votar na sessão de hoje, em regime de urgência, o Projeto de Lei da Câmara nº 21/03, que altera a legislação sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

A proposta permite que municípios e estados possam computar a matrícula dos alunos especiais em instituições privadas sem fins lucrativos, como as associações de pais e amigos de excepcionais (Apaes) e as Sociedades Pestalozzi, para recebimento dos recursos do Fundef.

Em regime de urgência, também constam da pauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 393/03, que aprova o acordo no setor aeroespacial assinado entre o Brasil e a Ucrânia, e o Projeto de Resolução nº 40/03, que autoriza o governo brasileiro a contratar empréstimo de US\$ 100 milhões com o Banco Mundial, para financiar o terceiro Projeto de Combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Aids.

CAE examina empréstimo para prefeitura de São Paulo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar hoje, a partir das 10h, solicitação da prefeitura de São Paulo para que seja autorizada a contratar empréstimo de R\$ 493,80 milhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O dinheiro será aplicado na segunda etapa do sistema integrado do transporte urbano paulista.

Na última reunião o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator da matéria, acabou concordando em retirar o seu requerimento para votação extrapauta, depois que senadores do Nordeste reclamaram da ur-

gência concedida ao pleito da prefeitura paulistana, enquanto continua sem definição projeto que reserva 35% dos recursos do BNDES para investimentos nas regiões mais pobres do país.

Ficou acertado, então, que o presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), agendaria a votação com a presença de representantes da prefeitura de São Paulo. Eles poderão prestar aos senadores eventuais esclarecimentos, conforme estabelece a Resolução nº 43 do Senado.

O parecer de Antonio Carlos Valadares é favorável ao pedi-

do para contratar a nova operação, que complementa a primeira parcela de R\$ 247,39 milhões, do BNDES, autorizada em 2001 para o mesmo programa de transporte de passageiros. O relator lembra que, apesar de exceder o limite de comprometimento da receita líquida, a operação já estava explicitada no contrato de refinanciamento das dívidas do município de São Paulo, assegurando sua excepcionalidade.

A CAE pode deliberar, na mesma reunião, sobre mais três proposições que tramitam em caráter não-terminativo.

Entre eles, figura solicitação encaminhada pelo governo federal para que seja autorizado a realizar operação de crédito de até US\$ 12,12 milhões junto ao Banco Mundial, destinados ao programa de assistência técnica às reformas do setor elétrico brasileiro.

A comissão analisará ainda projeto do senador Magno Malta (PL-ES) que estabelece condição adicional para que estado da Federação possa candidatar-se aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública: a de estar integrado a um sistema nacional de informações de segurança pública.



Célio Azevedo

PARECER Valadares lembra que operação já estava explicitada em contrato anterior

REFORMAS

Alterações na proposta de reforma tributária devem privilegiar o desenvolvimento regional e a distribuição de recursos, segundo governadores que participaram de audiência pública na CCJ

Governadores pedem mudanças no projeto

Durante mais de quatro horas, em audiência pública promovida ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), 15 governadores mostraram aos senadores, e em especial ao relator da reforma tributária, Romero Jucá (PMDB-RR), a necessidade de mudanças no projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, de forma a assegurar aos estados capacidade de investimento e ao Brasil a oportunidade de reduzir os desequilíbrios regionais.

Os cinco primeiros governadores a falar, representando as regiões do país, mostraram unidade na defesa de cinco pontos. Germano Rigotto (PMDB), do

Rio Grande do Sul; Aécio Neves (PSDB), de Minas Gerais; Marconi Perillo (PSDB), de Goiás; Wilma de Faria (PSB), do Rio Grande do Norte; e Eduardo Braga (PPS), do Amazonas, rejeitaram o fim da cobrança do ICMS sobre produtos como combustíveis e pediram a federalização do fundo para compensação aos estados exportadores.

Defenderam, como Marconi Perillo, a criação do fundo de desenvolvimento regional voltado para a infra-estrutura; a destinação de mais recursos para estados e municípios; e a mudança do conceito de comprometimento das receitas com o pagamento de dívidas

junto à União.

Germano Rigotto alertou para a grande perda provocada pelo não cumprimento da compensação aos estados prevista na Lei Kandir. Para Aécio Neves, o aumento das exportações deve ser um esforço "solidário de todos" e não um "esforço solitário dos estados".

Wilma de Faria defendeu a repartição com estados e municípios da receita da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que Perillo sugeriu se dê na base de 25%. As mudanças no ICMS devem ser melhor discutidas tecnicamente, na opinião do governador do Amazonas, Eduardo Braga.



DEBATE Promovida pelo presidente da CCJ, Edison Lobão (C), audiência pública atraiu 15 governadores



COMPROMISSO Jucá ressalta a importância de a União e os estados firmarem um pacto para impedir o aumento da carga tributária

Jucá antecipa mudanças no texto da Câmara

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou ontem mudanças que deverá fazer na proposta aprovada na Câmara. Jucá disse que devem ser mantidos 75% dos dispositivos aprovados pelos deputados, mas que já há entendimento entre os líderes partidários no Senado para a alteração de outros itens. O relatório de Jucá pode ser apresentado amanhã.

Jucá falou sobre a previsão de se instituir uma lei de responsabilidade tributária, indicando que a carga tributária no país pode diminuir sempre que melhorar a relação da dívida com o Produto Interno Bruto. O relatório deve manter o mecanismo, pactuado com os governadores, de repasse aos estados de parte dos recursos da Cide. O que Jucá pretende é vincular os repasses à execução de obras de infra-estrutura.

O relator também deve pro-

por um período de transição para os contratos de isenção fiscal assinados entre 30 de abril e 30 de setembro deste ano. A ideia, diz o senador, é fazer uma triagem dos incentivos já concedidos, com decisões sendo submetidas ao Conselho de Secretários de Fazenda (Confaz) ou ao Senado.

Jucá defende a vinculação dos investimentos da União e do orçamento do BNDES para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e propõe a criação de um mecanismo pelo qual os estados poderiam remanejar 10% de suas receitas vinculadas.

Polêmicos, o fim da bitributação do IPI e do ICMS e a definição do ente arrecadador do ICMS (estado de origem ou destino) ficarão para 2007. "Será um trabalho para se chegar a um IVA (imposto sobre valor agregado)", disse Jucá.

Mercadante propõe unificar ICMS em cinco alíquotas

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) apresentou, na reunião da CCJ com os governadores, algumas propostas que o governo tentará aprovar na reforma tributária que o Senado está analisando. Um dos principais pontos é a unificação do ICMS em cinco alíquotas, por meio de uma legislação única e nacional. A decisão sobre a separação definitiva do ICMS e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ficará adia- da para 2007. Até lá, explicou Mercadante, deverão ser criadas as condições necessárias

para a instituição de um imposto sobre valor adicionado.

– Daremos um passo que permita, no futuro, avançarmos ainda mais em relação aos conceitos e objetivos fundamentais da reforma, que são a simplificação dos tributos, a desoneração do setor produtivo, a redução da cumulatividade para as exportações, a justiça regional e social e a neutralidade entre os entes federativos – afirmou Mercadante, adiantando que desonerar os produtos que integram a cesta básica da cobrança de



PREÇOS Desonerar produtos da cesta básica é um dos objetivos da reforma, diz Mercadante

ICMS será outro objetivo a ser perseguido pelo governo na reforma tributária.

Bahia perderá até R\$ 250 mi, avalia Souto

O governador da Bahia, Paulo Souto (PFL), estimou entre R\$ 150 milhões e R\$ 250 milhões anuais as perdas que o estado terá com a desoneração do ICMS sobre os produtos da cesta básica e os medicamentos. Ele avaliou que o que os estados ganharão com a divisão de parte da Cide e o possível aumento de arrecadação no ICMS não serão suficientes para compensar as perdas. O senador disse que os estados tiveram muitas perdas nos últimos anos,



RECUPERAÇÃO Souto lembra que estados já tiveram muitas perdas nos anos recentes

que precisariam ser recompostas, e defendeu a rediscussão do pacto federativo.

REFORMAS

Governadores ouvidos ontem indicaram falhas e pontos positivos do texto já aprovado pela Câmara e do que está sendo proposto pelo relator na Comissão de Justiça do Senado



CRITÉRIOS Eduardo Braga propõe que alterações no ICMS sejam feitas de forma técnica

Eduardo Braga é contra o "IPI seletivo"

Ao falar no debate sobre reforma tributária realizado ontem em Plenário pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), representando a Região Norte, o governador do Amazonas, Eduardo Braga (PPS), se posicionou totalmente contrário à proposta de "IPI seletivo", que concentra no plano federal a cobrança e arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados em relação a combustíveis, cigarros e bebidas. Para ele, a perda para o estado do Amazonas com a mudança representará 39,8% da arrecadação estadual.

Eduardo Braga afirmou que as alterações no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) precisam ser feitas de maneira técnica, com definição de alíquotas e metodologia de cobrança, quer na origem, quer no destino dos produtos, fixadas em lei complementar para impedir que haja perdas de arrecadação.

O governador contestou também a proposta de transformar o Fundo de Desenvolvimento Regional, destinado a minorar desigualdades regionais, em Fundo de Investimento.

Apesar de suas objeções à proposta de reforma tributária, Braga disse estar confiante na experiência governamental e de planejamento setorial dos senadores, muitos deles ex-governadores.

Para Eduardo Braga, no Senado será possível encontrar respostas para as indagações, respeitando a necessidade de assegurar a governabilidade de cada estado, levando em consideração suas respectivas peculiaridades.

Germano Rigotto aponta avanços na proposta

Representando a Região Sul na audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto (PMDB), disse que a reforma tributária, que tramita no Senado, conseguiu "grandes avanços". Ele lembrou que, quando deputado, tentou realizar uma reforma tributária, mas não conseguiu levá-la à votação em Plenário.

– Não cabe ao Senado aprovar o que a Câmara fez, mas avançar sobre o que foi feito e realizar uma reforma tributária

que não concentre tanto a carga de impostos em cima de poucos – defendeu.

Rigotto apontou como avanço a redução de 44 para apenas cinco faixas de alíquota para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ele chamou atenção para a faixa especial que beneficia medicamentos e cesta básica. Mas, segundo ele, "esqueceram" de incluir nessa faixa os insumos agrícolas.

– Isso poderá trazer problemas à produtividade e à produção – alertou.

Outro avanço citado pelo governador é a não cumulatividade da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Para ele, são muito importantes as modificações que simplifiquem o sistema tributário. Rigotto também disse que não é "favor nenhum" destinar 25% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para os estados. E concluiu: "Não é a reforma dos meus sonhos. É a reforma que inicia esse processo de modernização do sistema tributário brasileiro".



ELOGIO Reforma inicia modernização do sistema tributário, segundo Rigotto

Aécio diz que mudanças devem garantir estímulos à produção

O governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), delineou ontem os pontos consensuais entre governadores e Executivo federal sobre a reforma tributária. Aécio, que foi ouvido ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), falou em nome dos governadores do Sudeste.

Ele lembrou que, desde que os governadores foram convidados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a definir uma proposta comum, duas premissas foram colocadas como fundamentais: que ela seria neutra e funcionaria como instrumento de estímulo à produção e às regiões menos desenvolvidas.

De acordo com Aécio, os go-



DISCORDÂNCIA Aécio Neves está surpreso com proposta em elaboração no Senado

vernadores buscaram desconcentrar as receitas de arrecadação. Cerca de 64% do total ar-

recadado estão hoje concentrados na União. A idéia de que 25% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) fiquem com os estados para investimentos faz parte dessa concepção, disse o governador. Aécio se mostrou surpreso com a nova proposta que está sendo elaborada no Senado, o que, em sua opinião, cria um complicador. Conforme a proposta já debatida na CCJ, seria criada uma câmara gestora para gerir as receitas obtidas com a Cide.

O governador de Minas Gerais observou que a grande preocupação é que não haja perda para nenhum ente federado. Por isso, a proposta acordada prevê que R\$ 8,5 bilhões do

Fundo de Desoneração das Exportações sejam distribuídos entre os estados, sem perda para nenhum deles. Ele advertiu que ainda não existe previsão no Orçamento para a constituição do fundo.

Outra questão considerada importante pelo governador refere-se à criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, que possibilitaria investimentos nas regiões mais carentes. Aécio também ressaltou, como instrumento de distribuição de renda, o fim do repasse de recursos do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) para a União. De acordo com Aécio, esse dinheiro deveria permanecer nos estados e municípios.

Perillo: pontos consensuais podem ser aprovados já



ADIAMENTO Para Marconi Perillo, decisão sobre o ICMS deve ficar para outro momento

O governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), defendeu a tese de que se deve votar e aprovar logo todos os pontos consensuais na reforma tributária e deixar para depois qualquer debate relativo ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ou ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) seletivo, proposto pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR). Perillo foi um dos governadores que debateram ontem a reforma tributária.

Pontos consensuais da proposta foram apontados por Marconi Perillo: extensão da Desvinculação de Receitas da União (DRU) aos estados, criando uma DRE; repasse de 25% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) aos estados; criação de um fundo de ressarcimento aos estados exportadores; e discussão do conceito de receita líquida para pagamento das dívidas com a União – por resolução do Senado, os governos estaduais têm de destinar 13%

da receita líquida ao pagamento de dívidas com a União. Os governadores querem retirar daí o que são obrigados a destinar às áreas da saúde e da educação, o que reduziria os pagamentos.

Para Perillo, é absurda a proposta de retirar dos estados a cobrança do ICMS sobre combustíveis, bebidas e cigarros.

– Seria melhor nós, governadores, entregarmos os governos à administração federal, porque ficaria inviável administrar sem essas receitas.

REFORMAS

Mudanças na estrutura tributária precisam ser mais bem discutidas, para estimular o desenvolvimento e não causar graves prejuízos aos estados, defenderam os governadores na audiência pública



BENEFÍCIO Alckmin, de São Paulo, acredita que mudança combaterá a sonegação

Alckmin prevê vantagens com ICMS unificado

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse que a unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em cinco alíquotas trará benefícios para a população do país e será um instrumento a mais no combate à sonegação. Quanto à cobrança desse tributo ser feita apenas no estado de origem, ele alertou para a necessidade de tributaristas e especialistas no assunto serem ouvidos antes da decisão ser tomada, em 2007.

Quanto à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), Alckmin defendeu a manutenção do acordo inicial feito entre os governadores dos estados e o governo federal. O combinado é que a União repassaria para os estados 25% do total da arrecadação desse tributo.

O governador também sugeriu que 30 de abril seja a data limite para a concessão de benefícios fiscais. Alguns estados preferem que essa data seja 30 de setembro.

Wilma defende política de desenvolvimento regional

Mudanças na estrutura tributária que diminuam o déficit socioeconômico da Região Nordeste foram defendidas pela governadora do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria (PSB), durante a audiência pública da CCJ. Falando em nome dos governadores da região, Wilma abordou temas consensuais aos 27 governos estaduais, como a compensação aos estados exportadores, mas defendeu o aumento das destinações do governo federal para a saúde e o ensino médio e infantil.

A governadora lembrou as desigualdades entre os estados do Sul e do Sudeste em relação aos nordestinos e, como exemplo, comparou o valor dos repasses voluntários da União para infra-estrutura nos últimos oito anos: R\$ 42 bilhões para os estados do Sudeste con-



RECURSOS Wilma de Faria, do Rio Grande do Norte, propõe fundo para ajudar regiões pobres

tra R\$ 17 bilhões para os estados do Nordeste. Além disso, observou que, no mesmo período, 70% das receitas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda foram carregadas para apenas sete estados.

Sobre a cobrança do ICMS no destino, Wilma informou que alguns estados ainda estão fazendo os cálculos para examinar a possibilidade de perdas. A governadora defendeu também a implantação de um fundo para desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste,

com recursos a serem repassados aos governos estaduais. A lei de compensação aos estados exportadores deve ser cumprida, segundo ela, para evitar prejuízos, que, no caso do Rio Grande do Norte, já chegam a R\$ 40 milhões.



COBRANÇA José Reinaldo, do Maranhão, disse que governo federal não cumpriu promessa

José Reinaldo: desigualdades vão aumentar

O texto aprovado na Câmara dos Deputados aumentará a carga tributária e aprofundará as desigualdades regionais, afirmou o governador do Maranhão, José Reinaldo (PFL), durante a audiência pública promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo o governador, a neutralidade da reforma, acordada com o governo federal, não foi garantida. Ele ressaltou que nem os pontos mínimos, definidos pelos governos estaduais como fundamentais para assegurar o equilíbrio fiscal, foram contemplados, agravando ainda mais a situação entre as regiões.

Para José Reinaldo, a Carta de Brasília, firmada entre os estados e o governo federal no dia 22 de fevereiro de 2003, é o documento político que deveria nortear a reforma tributária. O governador frisou que foram ignorados na Câmara dos Deputados pontos como justiça fiscal, competitividade econômica e neutralidade.

Rosinha Matheus critica proposta de retroagir o fim dos incentivos fiscais para 30 de abril

A governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus (PMDB), disse ontem que irá lutar judicialmente para manter a data-limite de 30 de setembro para a concessão de incentivos fiscais. Ela condenou proposta que estaria sendo analisada no Senado de retroagir a data para 30 de abril e disse que foi a única governante que não assinou a reforma tributária por discordar do texto proposto.

Ela afirmou ser favorável à extinção dos incentivos fiscais, mas para todos os estados, sem



PRAZO-LIMITE Rosinha, do Rio de Janeiro, considera 30 de setembro a data ideal

diferenciações. Rosinha também ressaltou que havia um acordo com algumas bancadas,

que não foi contemplado no texto aprovado pela Câmara, pelo qual, ao final de 11 anos de transição, o imposto incidente sobre petróleo e energia ficaria com o estado de origem.

A governadora defendeu ainda a inclusão de 13 municípios do noroeste do Rio de Janeiro no Fundo de Desenvolvimento Regional, que deverá ser instituído com a reforma tributária. A região, segundo ela, tem os mesmos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) registrados pelos estados nordestinos.



Maggi condena pressa como projeto foi votado na Câmara

O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PPS), afirmou ontem que não é contra a realização de uma reforma tributária, mas sim à forma como ela está sendo feita. Em audiência pública promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no Plenário do Senado, ele criticou a rapidez com que a reforma tramitou na Câmara dos Deputados.

– Os deputados não sabiam o que estavam votando, os acordos foram deixados para o Senado. Vejo aqui a oportunidade de debatermos essa reforma – afirmou. Maggi manifestou preocupação com as perdas que os estados terão se for aprovado o texto da reforma tributária aprovado pela Câmara. Segundo ele, tal como está, a reforma inviabiliza e líquida o equilíbrio fiscal de

alguns estados, como é o caso de Mato Grosso. O governador revelou ter feito cálculos com todos os modelos de reforma tributária anunciados e que o Mato Grosso teria perdas que vão de R\$ 350 milhões a R\$ 1 bilhão por ano.

– Lá, em Mato Grosso, temos um Fundo de Transporte, que financia a recuperação das estradas, e um Fundo de Segurança, que está permitindo

o reaparelhamento das polícias. Com essa reforma tributária, esses fundos desaparecem junto com a capacidade de investimento do estado. Quero fazer um pedido ao Senado Federal, para que não dê prosseguimento à reforma tributária sem que sejam feitas as contas e sejam ouvidos tributaristas e secretários de Fazenda, para determinar a perda de cada estado e se essa perda é suportável – observou.

REFORMAS

Redução de renúncia fiscal e fim dos incentivos envolvendo impostos que compõem fundos dos estados e municípios também são debatidos na audiência. Hoje, às 17h, comissão vai ouvir prefeitos



JUSTIÇA Wellington apóia criação de impostos sobre herança e grandes fortunas

Wellington Dias condena renúncia fiscal

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), argumentou que não é possível garantir a diminuição da carga tributária se não houver redução dos altos níveis de renúncia fiscal. Ele citou, durante a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), dados da proposta de lei de Orçamento para 2004, em que a renúncia fiscal federal está estimada em R\$ 24 bilhões e a dos estados, em R\$ 30 bilhões. Para Wellington Dias, chegar a um consenso sobre o assunto

será muito difícil, mas se todos reconhecerem que a guerra fiscal e a isenção de impostos federais resultam em mais concentração de renda, talvez seja possível começar a debater o assunto de maneira mais equilibrada. – Tenho coragem de tocar em um segundo tema igualmente tabu: o imposto sobre heranças e grandes fortunas. Estamos iniciando o século 21 e precisamos trilhar esse novo caminho, que poderá diminuir a desigualdade entre regiões e entre indivíduos no Brasil, uma

vez que todos reconhecem ser a concentração de renda o maior problema social do país – disse. O governador protestou, ainda, contra o adiamento da discussão da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na origem ou no destino. Wellington Dias admitiu que o adiamento é um recuo estratégico para viabilizar a aprovação de parte da proposta de reforma tributária, mas afirmou que a medida também impedirá a redução das desigualdades regionais.



MAGISTÉRIO Para Maia Júnior, é preciso atualizar relação matrícula-aluno do Fundef

Vice do Ceará defende verba para educação

O vice-governador do Ceará, Francisco Maia Júnior, também defendeu o fim da concessão de incentivos, pela União, com tributos que compõem fundos dos estados e municípios. Ele disse que o governo precisa atualizar a relação matrícula-aluno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), em razão das perdas dos estados nordestinos.

Durante a audiência pública, o vice-governador cearense criticou ainda a revisão da lei que obriga os estados a transportar os alunos da rede pública do ensino médio que moram na zona rural.

Prefeitos vão discutir hoje a proposta

Com a presença de prefeitos e especialistas, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), promove hoje, a partir das 17h, a última audiência sobre a proposta de reforma tributária. Com base nos subsídios das audiências, o relator da proposta, senador Romero Jucá (PMDB-RR), deve apresentar, ainda nesta semana, um pré-relatório sobre o assunto.

O presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), convidou para audiência, entre outros convidados, o presidente da Associação dos Prefeitos das Capitais e prefeito de Aracaju, Marcelo Deda; o presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM), José do Carmo Garcia; e o ex-presidente da Associação dos Prefeitos das Capitais e prefeito de Vitória, Luiz Paulo Veloso Lucas.

Cássio critica incentivos fiscais com impostos compartilhados

Para o governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima (PSDB), a União não pode mais “fazer cortesia com o chapéu alheio” e continuar concedendo incentivos por meio de tributos que são compartilhados com estados e municípios, como o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

– Se a indústria automobilística entra em crise, o governo reduz o IPI. Quando um setor pede socorro, reduz-se o Imposto de Renda. Ora, esses tributos formam os fundos de participação e qualquer redução deles afeta os estados e os municípios. A Paraíba, por exemplo, tem 45% de sua receita provenientes do Fundo de Participação dos Estados.

Cássio defendeu a manutenção do acordo feito na Câmara dos Deputados, que garantiu 25% da Contribuição de Interven-

ção no Domínio Econômico (Cide) para os estados. Ele lembrou que esse acordo teve a participação direta do presidente da República.

O governador elogiou a decisão de transferir para 2007 a revisão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do IPI, afirmando que esse debate deve incluir a rediscussão da cobrança do ICMS na origem ou no destino da mercadoria.

– Não podemos continuar com o colonialismo interno, entre estados, que cria dois pesos e duas medidas, fazendo-se a transfusão de sangue do anêmico para o saudável. Não tem sentido o cidadão comprar um carro em Mossoró (RN) e saber que 7% do valor do carro é de imposto que vai para o estado produtor, muito mais rico – ponderou.



RECURSOS Cássio diz que quase metade da receita da PB vem do Fundo de Participação

Jatene cobra regras claras sobre os recursos do fundo de compensação

Em sua exposição na audiência pública, o governador do Pará, Simão Jatene (PSDB), questionou aspectos do Fundo de Compensação das Exportações e a forma como as mudanças propostas pelos governadores estão sendo tratadas.

– Os estados não querem mais do que no ano passado; não querem um dinheirinho aí, como alguns estão dizendo – afirmou.

Ele afirmou que é preciso deixar claro na reforma tributária quais serão o valor, a fonte e o critério de distribuição

dos recursos do Fundo de Compensação.

Segundo o governador, durante a vigência da Lei Kandir, instituída em 1996, o Pará deixou de arrecadar R\$ 800 milhões com a desoneração das exportações de produtos primários e semi-elaborados. Ele defendeu o estabelecimento, na reforma tributária, de meios para medir e quantificar o esforço de cada estado para a balança comercial brasileira.

– Numa economia globalizada não é possível exportar impostos – observou.

Jatene reconheceu que houve avanços e observou que este é um momento decisivo para a reforma tributária, frisando que, “até aqui, as perdas são reais e os ganhos são potenciais”.

O governador disse ainda ser necessário que o Fundo de Desenvolvimento Regional possa compensar as perdas dos estados menos desenvolvidos, destinando recursos para investimento em projetos definidos pelos estados. A seu ver, essa seria uma forma dos estados recuperarem sua capacidade de investir.



PERDA Com Lei Kandir, Pará deixou de arrecadar 800 milhões, diz Simão Jatene

REFORMAS

Carga tributária elevada e possibilidade de redução das receitas foram preocupações manifestadas por governadores. Edison Lobão afirmou que a reforma deve ajudar os estados

Carga tributária se mantém alta, diz Lúcia Vânia

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou a proposta de reforma tributária encaminhada pelo governo Lula da Silva ao Congresso por manter a carga tributária elevada e não excluir a possibilidade de aumentá-la ainda mais. O percentual de impostos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) citado pela senadora, pode subir de 36% para 40%.

– Este nível de tributação para o financiamento é característico de altíssima intervenção do Estado na vida nacional, o que exige, em contrapartida, um significativo provimento de bens e serviços à sociedade, que não se configura como previsível nos planos de ação governamental – observou.

A proposta encaminhada pelo governo seria, na opinião da senadora, restrita e pouco audaciosa em questões estruturais. Por outro lado, a ausência de alterações no Imposto de Renda contraria a bandeira defendida pelo PT durante os oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Lúcia Vânia defendeu um tratamento diferenciado para as micros e pequenas empresas na reforma. Essas empresas, segundo ela, são propulsoras do desenvolvimento, geradoras de emprego e renda e fator de estabilidade social para as comunidades urbanas e rurais. Ela também propôs uma política de incentivos fiscais para a atuação direta da sociedade em atividades de promoção social.

– A atuação direta da sociedade civil em muitos setores sociais pode apresentar resultados altamente positivos, e a redução de tributos é uma forma de comprometimento da sociedade com os objetivos de qualquer governo – disse.

Na opinião da senadora, a reforma tributária deve ser pautada pela justiça, pela simplificação e pela desregulamentação, para não se onerar o setor produtivo nacional. Nesse sentido, ela elogiou a simplificação tributária promovida por Goiás, onde teria havido o registro e a inclusão de trabalhadores autônomos informais.

João Alves critica fim da isenção fiscal nos estados

O governador João Alves (PFL), de Sergipe, pediu ao relator da reforma tributária, senador Romero Jucá (PMDB-RR), que os recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional, previsto na proposta, possam ser utilizados somente na construção de infra-estrutura

nos estados. Segundo afirmou, com a proibição da isenção fiscal por parte dos estados, para atrair empresas, as desigualdades regionais aumentarão ainda mais.

– Essa era a única forma que tinha restado aos estados para atrair investimentos. Renunciávamos ao

ICMS em troca de atrair empregos. Qual a empresa de bom senso que, a partir de agora, vai deixar de investir em Ribeirão Preto, por exemplo, que tem uma infra-estrutura sofisticada, para investir em Pedra Mole, sem boas rodovias, ferrovias ou portos? – indagou o governador de Sergipe.



ALERTA João Alves teme aumento das desigualdades regionais com a reforma



DEBATE Lobão, entre Tuma (E), Eduardo e Jucá, encerra a audiência com 15 governadores

Senado não prejudicará estados, garante Lobão

Ao encerrar a audiência pública que reuniu no Senado os governadores para debater a reforma tributária, o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), disse que o colegiado não fará

nada para prejudicar os estados. Pelo contrário, acrescentou, vai procurar ajudar os entes federados a vencer suas dificuldades.

O senador afirmou que “todos desejam a felicidade da União, mas não ao preço da in-

felicidade dos estados ou dos municípios”. Ele ressaltou que a reforma veio da Câmara com alguns pontos significativos na luta pelo fortalecimento da Federação, frisando que esses itens deverão ser completados no Senado.

Lessa reivindica microcrédito e diz que confia no Senado para melhorar projeto

O governador de Alagoas, Ronaldo Lessa (PSB), afirmou que seu estado não quer esmola, mas reivindica justiça. Segundo ele, o estado tem direito a receber operações de microcrédito e investimentos em infra-estrutura e energia para se desenvolver com seu próprio esforço.

Lessa lembrou que, ao assumir o governo alagoano, há quase cinco anos, o estado tinha o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país e a pior relação entre arrecadação e dívida pública, comprometendo 22% de sua receita somente com o pagamento de precatórios vencidos.

Segundo ele, com esforço e



POSIÇÃO Ronaldo Lessa deixou claro que “Alagoas não quer esmola, mas reivindica justiça”

dedicação, foi possível rever o comprometimento da arrecadação para 15% e trabalhar sobre os péssimos indicadores sociais em educação, saúde e

saneamento básico.

– Nosso esforço foi compensado e a Organização das Nações Unidas reconheceu que nosso IDH melhorou em 18,6%, o melhor resultado em todo o Brasil – disse.

Lessa reafirmou sua confiança no Senado. Por ser a Casa da Federação e dos temas econômicos, ele acredita que os senadores saberão rever e emendar o projeto de reforma tributária que veio da Câmara, que não satisfaz a maior parte dos estados. Ele protestou contra o recuo na discussão sobre a uniformização de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), na origem ou no destino.

Tocantins quer aprovar só o que for consenso

Representando o governador do Tocantins, Marcelo Miranda (PSDB), o presidente da Assembleia Legislativa daquele estado, deputado Vicente Alves (PL), defendeu a aprovação apenas dos pontos consensuais da reforma tributária.

As questões divergentes sobre o tema deverão ser deixadas para outro momento, após serem realizadas novas negociações entre o governo federal e representantes dos estados, sugeriu o deputado na audiência pública com quinze governadores realizada ontem em Plenário pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Vicente Alves, que é secretário-geral da União Nacional das Assembleias Legislativas, falou também da necessidade de a reforma tributária não implicar em perdas de recursos para os estados. Ele disse que sobretudo o Tocantins, um estado novo, não suportaria eventuais reduções de suas receitas.



LIMITES Para Vicente Alves, Tocantins não suportará redução de suas receitas